

A VIDA PORTUGUESA

Boletim de inquérito
à vida nacional.

Director—JAIME CORTESÃO

Propriedade da
RENASCENÇA PORTUGUESA

Secretário da redacção e administrador: ÁLVARO PINTO — Editor: Costa Júnior

Redacção e adm.º, R. Sá da Bandeira, 363-2.º — Tip. Costa Carregal, tr. P. Manuel. — Assinatura, 10 n.ºs 200 réis. (Brasil — 1\$000 rs. fr.)

O parasitismo e o anti-historismo

CARTA A ANTONIO SERGIO

Meu querido amigo:

Não é de feito ou prazimento meu, quando discordo, eriçar a palestra com brasquidades ou desdens, nem de chofrar o ouvinte com cascalhadas de troça, convicto como estou, de que nem o tom mavórtico, nem o chocarreiro servem a elucidar questões baralhadas.

Não desfarei com desdens nos seus *golpes de malho em ferro frio*, mas, movido por algumas das suas rasões, tornarei mais brava a *agua mole* dos meus argumentos com a esperança de *furar* ainda a *pedra dura* dos seus teimosos erros e desasadas contradições.

Porque a verdade é esta, meu amigo: o seu artigo surpreendeu-me; o homem de lúcida e maleavel inteligência e gentilissimo tracto, que em si me custumei a vêr, aparece-me agora confuso, contraditório, repisante, mirandista, áspero e «empertigado na sua rabona escura»... «á antiga portuguesa»!

Vá de citar também o bom do Sá de Miranda:

«Falai em tudo verdades
A quem em tudo as deveis.»

Começarei, pois.

O seu artigo, certamente porque foi escrito sob a forma de máximas, numa sobreposição e evolução de pensamentos, sobre ser confuso cai em contradições flagrantes, o que até certo ponto é uma vantagem, porque vem corrigir, ao fim, com um principio de lucidez, os erros, para não dizer os dispautérios com que o enreda. Não vale isto por uma declaração de inteira nulidade nos seus *golpes*, pois alguns são certos e ha nas suas maxi-

mas um suculento miôlo, quando o meu amigo, movido pelo seu honradíssimo exemplo, proselitiza individualismo, rasgos de iniciativa, audacia e persistência ou também quando declara inefficaz a melhor das leis sobre uns sujeitos desalmados a quem só é possível influir sobre o corpo.

Agora quanto ao resto: Sobre saudosismo não falarei, pelo menos por enquanto. Espero que outrem melhor do que eu lhe responda. Responderei àquilo que mais directamente comigo briga, o que ainda assim é muito por mal dos seus e dos meus pecados.

Vem a ser isto: «Dizer que o povo português se perdeu porque se desnacionalizou é empregar uma palavrinha ôca, que fala ao sentimento e sôa bem, mas que não explica coisa alguma. Nunca aceites como explicação uma palavra que te não decomponham em factos concretos e vitais, cuja ligação tu aprendas.»

E' a isto e ás suas objeções que eu quero responder. Por mim aceito a palavrinha, com evidente desprezo duma outra, o *parasitismo* ou *habito da conquista*.

Logo de principio o meu amigo desvirtua, a meu entender, as palavras de Oliveira Martins. Os seus silogismos não colhem.

A causa da grandesa não era a causa da decadência. Quando Oliveira Martins diz o «facto da grandeza anterior» não se refere à conquista, mas aos dois sentimentos—o misticismo e o individualismo, características do génio peninsular, que ele define noutros capítulos da mesma obra.

Assim, a grandeza da Península é o seu genio místico e heroico,

que leva os peninsulares à realisação duma empresa de extraordinário alcance na história da Civilização.

Mas o que se me afigura verdadeiramente insólita e estapafurdica é a maneira como o meu amigo combate a opinião de Antero, que filia as tendências guerreiras no concilio de Trento e no absolutismo. Essa de ir buscar as tendências guerreiras ao covil das Astúrias!... Que relação ha entre a Conquista, precedida pela empresa original e formidavel das Descobertas e animada de fins comerciais, com a reconquista dum património, que nos fôra roubado pelos árabes?!

E como é que a essas tendências guerreiras se pode dar o nome de parasitismo?!

Eram então parasitas os homens que se vingavam das afrontas sofridas pelos árabes e que procuravam reganhar o terreno de que tinham sido expoliados, e não o era a restante Europa feudal, lançada na desordem guerreira, não o eram os grandes senhores assaltando-se uns aos outros, ou roubando na estrada os mercados, ou explorando e exercendo todas as violências sobre os servos da terra?!

Então, meu amigo, se com tanta justiça e boa vontade vai arrancar as tendencias parasitárias ou guerreiras ao covil das Astúrias, melhor lhe fôra remexer nos testiculos de Liso, que segundo o genealogista Camôis é o nobilissimo tronco donde brotamos, e daí poderia arrancar triunfantemente algum bélico espermatozoide de cauda em lança ou saca-buxas, com que trespassasse de vez o ignaro Antero!

Não, tenha paciencia, se é certo que as Descobertas e as conquistas se não podem explicar unicamente pela forma como o indica Oliveira Martins ou Antero, também não é por essa forma.

Para a *reconquista* partimos do covil das Astúrias e com o puro sangue godo a pulsar nas artérias; e para a conquista foi uma gente de sangue mesclado, que partiu de Lisboa. Porque desatende

o meu amigo por completo o meio geográfico? O seu Latino Coelho, exactissimamente na mesma obra, donde o cita, vai buscar as raízes da civilização helenica ao solo aspero e maritimamente recortado da Grecia. E Basilio Teles, comentando Oliveira Martins, nota que entre a nossa Idade Média sedentaria e a nossa Renascença das Navegações e Conquistas ha um salto brusco, que aquele historiador não atingiu. Explica ele a diferença pelo predomínio nos destinos patrios da população do Sul, mosarabizada, mercantil e aventureira.

Tambem na aldeia, donde lhe escrevo, não tenho à mão os meus livros deixando por isso de lhe fazer as convenientes citações.

A mim se me afigura que a fusão das duas populações diferentes, a do norte e a do sul, dando um etnos novo, com sua licença! e o prospero desenvolvimento de Portugal, fizeram com que emfim um povo uno, original e novo compreendesse a sua missão de gente que habitava a extrema ocidental europeia em frente ao Atlantico.

E se á obra realisada a seguir o Antonio Sérgio chama parasitismo com muita razão devera lançar sobre os holandeses, franceses e ingleses esse mesmo labéo. Por que isso de nós termos *pelejado e roubado* em opposição aos santarrões dos holandeses e ingleses, que apenas *trabalharam e ganharam* é que é tudo peta. Essa honra das nações protestantes, por quem o meu caro Magriço paladina, corre parelhas com a conhecida honra da famosa imperatriz da Russia, que o nosso Bocage conhecia de gingeira.

Os holandeses e os ingleses aproveitaram-se comodamente e sem excessos de lisura de todo o nosso trabalho, aprenderam para o seu comércio e colonização as lições do nosso primeiro inexistente e depois que se apanharam seguros e fortes usaram dos mesmos processos que nós. Apenas a Companhia holandesa das Indias se julgou bem forte, destruiu à sua vontade os indigenas das ilhas Molucas, massacrando os chineses em Java, obrigou com violencias os seus vassallos à revolta; e quanto aos empregados da Companhia traficavam por sua conta, tal e qual como os nossos governadores na India.

Quanto às relações que tivemos nós, os europeus, com os indigenas dos países descobertos, a historia tem que nos julgar a todos com a mesma severidade. «Se é certo, diz um historiador estrangeiro, que a escravatura foi introduzida

pelos portugueses na Europa e no Novo Mundo, é certo tambem que os ingleses e os holandeses são os responsaveis pelo seu desenvolvimento.»

No século XVII, a Real Companhia Africana, inglesa, obteve o monopólio do comércio de escravos e fez dele a sua principal actividade.

Holandeses e ingleses colonisaram? Tambem nós. Aí está o Brasil a atesta-lo; e fizemo-lo em terriveis condições de competência com os holandeses, com quem lutamos valorosamente auxiliados pelos naturais, não falando ainda dos ataques dos franceses já no principio do século XVIII.

Sim, nós fomos parasitas, mas depois de exaustos e desnacionalizados e só então. A não ser que toda a historia seja parasitismo. Foi do fim do século XVI por deante, quando a exaustão causada pela imensa obra feita (tão desproporcionada com as nossas forças como em nenhum outro povo), os hábitos diferentes trazidos pelas conquistas e o jesuitismo e a inquisição nos derrancaram o caracter, partindo-nos a espinha dorsal da vontade e da rigidez dos principios, que nós começamos a parasitar. Entre esse parasitismo e o nosso espirito medieval e pre-nacional não ha a minima ligação.

Nós fomos grandes pelo trabalho e pela honradez, grandes pelo pensamento e pelo valôr, grandes emfim pela originalidade e lustre do nosso génio. Hoje não o somos por desnacionalização.

As vantagens do historismo são as de procurarmos as virtudes do génio nacional para as adaptarmos à luta moderna.

Talent de bien faire, vontade e empreendimento, diz o meu amigo. E vem-nos então aconselhar a divisa do mais alto representante do *parasitismo luso!*

Ou será que o historismo não seja tão mau como o quer fazer e que nem todos os lusos fossem parasitas e sempre parasitas? Talvez.

Mas, de contrário, como é que então nos vem propor um ideal nacional «à antiga portuguesa!»

E como é que funda esse ideal do luso à *antiga portuguesa* em Sá de Miranda?!

E em Camões?!

Eis o ponto resvaladio por onde o meu amigo escorregou, até se desarticular, dando dois Sergio's diferentes, brigando entre si opiniões opostas.

Um é o Sergio arrengado e pessimista clamando: «A primeira dificuldade é convencer o portu-

guês... de que ele foi sempre um parasita. A segunda, o com quem, e como, hade ele aprender essa disciplina do trabalho que não temos por hereditariedade ou tradição, pois os antepassados a não conheceram. Deixa-me desde já responder-te:

Com quem: — Com o estrangeiro.»

E o outro um Sergio confiante, que desnoitou o rosto das trevas pessimistas e feito bom rapaz concede generosamente que «houve um ideal de tradição» que ele aconselha mesmo e que vem a ser «o ideal popular e português» «à antiga portuguesa», menos poético, durázio mesmo e bastante rude, mas infinitamente mais sólido, que tem por cimos literários Herculano, o Camões dos *Lusíadas* e o portuguesissimo Sá de Miranda.»

E mais adeante: «Concluis daí um tipo severo, leal, de bronze,

Homem de um só parecer
De um só rosto e duma fé,
De antes quebrar que torcer,

em que a rectidão da vontade se pode aliar à simplicidade do ponto de vista, rude, um pouco empertigado na sua rabona escura, mas emfim consistente, lavado e forte.»

Temos então, confessado por si, um ideal de tradição, voluntarioso, nobre, rude e decidido na vida, com altos representantes, desmentindo manifestamente o ingénito, o tradicional, o único parasitismo, a quem o meu amigo, correndo ao arrepio, foi escutar os vagidos no selvático ninho das Astúrias.

Ao seu ideal lusitano alguma coisa ha que dizer, mas vamos primeiro a tirar das suas palavras todas as licitas conclusões.

Se houve um ideal português de tradição, que é hoje esquecido, mas tão digno de ser augmentado, é porque estamos desnacionalizados; e se pois o estudo da historia nos pode revelar tipos de pureza moral, inconfundiveis, bem nacionais, segundo a sua afirmação, vamos então pelo historismo e não matemos por emquanto o Portugal histórico, coitado do pobre! como o meu amigo tão cruelmente quer!

Para que é, pois, esse estado de alma ledo e cego, esse amoroso suspirar pelo estrangeiro, seu ingrato?!

Que nós não possamos aprender a manejar os novos instrumentos do trabalho, sem ir ás oficinas deles, que não possamos aprender a tecnica das modernas industrias, sem que eles no-las ensinem, está bem e é certissimo: só

os parvos refinados o negariam; mas que para encontrar modelos de virtude, trabalho, vontade, audácia e honradez é escusado ir ao estrangeiro, também afinal, o meu amigo aceita.

Quanto ao seu ideal de lusitano, deixe-me dizer-lhe que é apoucado, estreito, fracionário até.

O Sergio resume-se, afinal, a conceder ao português umas botas de coiro áspero e sóla cardada. E' conveniente, é mesmo indispensável para nos firmarmos bem ao chão; mas, que diabo, é pouco. Porque não deixa pensar e sentir largamente e a seu modo?!

Porque, afinal, a sua simpatia por Sá de Miranda, não se refere, nem se pode referir ao escritôr, mas unicamente ao homem, ao ser moral. Sá de Miranda representa literariamente o ideal português, tanto, como qualquer lavrador do seu tempo, rude, forte, honrado, inquebrantável.

Outro tanto não direi quanto a Herculano, nem a Camões.

Em que ecloga ou carta de Sá de Miranda ha a sublime elevação poética de *A Arrabida*, ou o rasgo épico e o lirismo geniais dos «Lusíadas» e das «Canções» de Camões?!

Representante genuinamente português e literário é Gil Vicente, o satirista de génio, com um poder de imaginação e caracterização e uma rude franqueza inexecutáveis.

Tão representativos, senão mais, que Sá de Miranda, são-no o alfaiate Fernão Vasques, acusando D. Fernando e exigindo-lhe contas, cara a cara, ou o tanoeiro Afonso Eanes Penedo concitando os burgueses de Lisboa a seguirem o partido do Mestre de Avis.

E porventura seria parasita a geração deste tempo, que trabalhava a terra, que comerciava, construía navios, que vencía uma crise politica terrível, que expulsava o estrangeiro invasôr e enriquecia a nação?!

Com os representantes desse povo pode erguer-se uma civilização forte e original, ainda que não seja autóctona, porque hoje ninguém acredita nisso.

E se alguém pensasse?!

Não era o caso tão barbaro e lusitano-parasitário, como o meu amigo afirma. Lá mesmo, donde arrancou a citação de Latino Coelho, se diz que Otfried Müller e a sua escola afirmavam que a civilização helénica «era autóctona, ou nascida no solo da Hellade e aperfeiçoada por uma longa evolução.»

Sim, nós sabemos muito bem

que nem sequer esse ideal à *antiga portuguesa* é autóctono. Filia-se no desejo de honra e gravidade romana de que nos fala João de Barros e que é um dos aspectos característicos da fisionomia moral de D. João de Castro.

Esse ideal à *antiga portuguesa* era feito da isenção, fervôr pa-

triótico, brava honradez e tenacidade dos Cincinatos e Catões.

E fiquemos por aqui e deixe-me apertar-lhe a mão como adversário leal, à antiga ou à moderna portuguesa, como quizer, mas com uma inquebrantável admiração e amizade.

JAIME CORTESÃO.

CRONICA

**Militarismo e exército e marinha—Escolas de repetição—
Consequencias do movimento emigratorio—Pelas finanças
portuguesas—Saldos condicionais e saldos provaveis—
Enriquecer o Estado, empobrecendo o país, não é
administração. O verdadeiro saldo seria o fomento
nacional**

Em anterior artigo se frisou que precisamos de exército e de marinha para nos conservarmos de pé ao embate da futura «Guerra Grande». Cumpre esclarecer, para que daí se não conclúa militarismo.

Tem-se dito, e é bem certo, que o português não tem o sentimento das proporções. Exagera tudo; troca tudo; desvirtua tudo ao sabor das suas paixões de momento. Daí estados subitos de exaltação, que em certo instante lhe fazem sustentar com impeto o que momentos antes negára com fúria. E isto nas pequenas como nas grandes coisas.

Com o advento do novo regimen então, essas exaltações têm tomado todas as formas possíveis e imagináveis. Olhemos por agora apenas o aspecto que nos interessa.

Convencionou-se (estas supremacias convencionam-se sempre) que tivesse sido o exército e a marinha que implantaram a República. Por uma e outra corporação se dividiu quasi toda a heroicidade do movimento e o próprio soldado que em confins de Vila-Real descascava batata para o jantar desses dias se julgou um pouco com direito a seu quinhão.

A gloria da muda quasi se tornou espirito de classe e eis os seus representantes a dominar, com logares, como nunca tinham tido, no parlamento, nas chefias dos districtos, administrações dos concelhos, governos ultramarinos e outros altos pontos de confiança e prestigio.

E' para isso o exército e a marinha? Devem os seus membros andar pelos logares administrativos e politicos a desmentir em

facciosismos habilidosos o sentimento uni-lateral que os devia tornar, apenas e acima de tudo, defensores duma Pátria nova pairando acima de todas as ambições partidárias e de todas as lutas de interesses?

Não se confunda. Não se misture. E' certo não ser a alma portuguesa muito propicia a militarismo arreigado. Mas, ás vezes, as hervas más em qualquer canto medram.

Precisamos de exército e de marinha. Formem-se, mas onde seja o seu logar próprio. E formem-se, não como quem num aparelho de alta mecanica forja uma peça de delicada relojoaria, mas por um trabalho insistente de instrução militar e educação patriótica.

Defensores do país, e portanto guardas da sua independencia, os alistados de terra e mar devem conhecer bem intimamente a sua razão de existência no logar que ocupam. Não são, de maneira alguma, inimigos irredutíveis dos seus semelhantes dos outros países. Representam a integridade da nação, que têm de manter e defender. Entre si—que haja as amistosas relações que deve haver entre obreiros da mesma comum tarefa. Com os outros seus concidadãos—mais não é necessaria que a natural cortezia entre gente da mesma terra, que se não julga nem superior nem inferior, mas apenas com outra função a cumprir.

E depois de estar assim, depois de se entender bem o que exército e marinha devam ser em relação com a outra parte do país, é que todos os trabalhos de desenvolvimento conseguirão os seus fins.